

DESEMPREGO VOLTA A SUBIR. SÃO MAIS DE 322 MIL OS DESEMPREGADOS

EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR PREOCUPADA COM QUALIDADE DOS CUIDADOS

ANDRÉ VENTURA QUER OPERAÇÕES POLICIAIS COMO A DO MARTIM MONIZ "MAIS VEZES"

ENCOSTADOS À PAREDE

NUNO GABRIEL
DEPUTADO

FAMÍLIAS EM DIFICULDADES AUMENTAM E MUITAS PEDEM CRÉDITO PARA PAGAR RENDA



FN

Folha Nacional

ATUALIDADE

PORTUGUESES CONCORDAM COM O CHEGA HÁ IMIGRANTES A MAIS EM PORTUGAL

P. 02



PORTUGUESES CONCORDAM COM O CHEGA. HÁ IMIGRANTES A MAIS EM PORTUGAL

POR FOLHA NACIONAL

“Os portugueses estão do lado do CHEGA”, reivindica André Ventura, após ter tomado conhecimento dos resultados do Barómetro da Imigração, “que dá razão ao CHEGA”, divulgado por ocasião do Dia Internacional das Migrações. Os dados mostram que cerca de dois terços dos portugueses querem menos imigrantes provenientes do subcontinente indiano, consideram a política de imigração demasiado permissiva e acusam os imigrantes de contribuírem para mais criminalidade – todos temas que retratam uma das principais bandeiras do CHEGA e que, para André Ventura, “nunca é demais repetir e voltar a repetir”. Será caso para dizer, tal como o dito popular: “a repetição gera o aprendizado”? “Este estudo parece-me evidente: as pessoas querem mais controlo na imigração, querem um regime de quotas de imigração e querem, sobretudo, algo que ainda vamos insistir ainda este ano, é que quando alguém comete crimes seja devolvido ao seu

país de origem. Esta medida vamos voltar a apresentar ainda este ano, as outras serão igualmente apresentadas novamente”, declara Ventura aos jornalistas, em conferência de imprensa. O Barómetro da Imigração é um inquérito alargado da Fundação Francisco Manuel dos Santos que divulga que cerca de 63% dos inquiridos querem uma diminuição dos imigrantes do subcontinente indiano em Portugal. O mesmo estudo conclui que 68% dos inquiridos consideram que a “política de imigração em vigor em Portugal é demasiado permissiva em relação à entrada de imigrantes”, 67,4% dizem que contribuem para mais criminalidade e 68,9% consideram que ajudam a manter salários baixos. “Nada disto é contrário com o que o CHEGA tem dito”, ressalva Ventura, salientando que “o Governo não pode ficar indiferente ao que dizem os portugueses.” “Não foi o CHEGA que andou a responder aos inquéritos e ao estudo. Quando o estudo não diz o que queremos dizem que a culpa é do CHEGA que

anda a manipular a opinião das pessoas. Se fosse o PS ou PSD diziam apenas que é a opinião das pessoas”, alegou. Este barómetro avaliou, pela primeira vez, o sentimento dos portugueses em relação aos imigrantes provenientes da Índia, Nepal e Bangladesh, verificando-se que 63% quer uma diminuição, o que não sucede com mais nenhum grupo. A maioria dos inquiridos (cerca de 68%) “considera que a política de imigração atualmente em vigor permite uma entrada demasiado facilitada, defendendo ainda que seria mais benéfico para o país uma política que garantisse uma entrada mais regulada (75,8%)”. Segundo os autores, “grande parte dos inquiridos considera-a mais como uma ameaça do que como uma oportunidade.” “Se pudermos fazer uma escolha de quem são os imigrantes e de onde vêm seria melhor. Há uma clara relutância dos portugueses com a imigração do continente indiano. Os portugueses estão a pedir que se faça um trabalho de regulamentação prévia da

imigração. Com os dados deste estudo entendemos porque é que este Parlamento não quer um referendo”, venceu o líder do CHEGA. Segundo o Expresso, uma campanha direcionada a imigrantes ilegais juntou várias forças de segurança, no mês passado, e deteve mais de 41% de pessoas em comparação com novembro do ano passado, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Administração Interna (MAI). O objetivo desta campanha, de acordo com o MAI, era “aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos”, com foco no “combate à criminalidade violenta e ao tráfico de droga.”

“Se não há saúde para os nossos, não haverá para mais ninguém”

“Este Parlamento vai dar um primeiro passo histórico. Um primeiro passo para acabar não com o direito à saúde, mas com aqueles que, em Portugal, tornaram a saúde num só um negócio deplorável, como de acesso universal a todos aqueles que nunca pagaram um cêntimo para o nosso Serviço Nacional de Saúde”, começa por discursar Ventura, em plenário. O “Turismo de Saúde” foi tema de debate no Parlamento, na quinta-feira da semana passada, a pedido do CHEGA, pois “se não há saúde para os nossos, não haverá para mais ninguém.” Propostas do CHEGA foram apresentadas, incluindo quatro projetos de lei que visam restringir o acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) por estrangeiros não residentes. Dois projetos de lei do partido liderado por André Ventura, sobre as condições de acesso de cidadãos estrangeiros não residentes ao SNS e sobre o pagamento pelos serviços prestados no SNS, foram aprovados com os votos a favor dos partidos proponentes. “Portugal tem o serviço

de saúde que mais esgota recursos, que não tem, para quem vem de fora”, começa por discursar Ventura, apontando o dedo ao PS por ter deixado o SNS “numa autêntica bandalheira.” “O PS tem falta de vergonha na cara, pois governou oito anos e deixou o SNS no estado em que está. A doutrina é que quem vem de fora contorna a lei, mas quem cá está paga. Trata-se de um gozo permanente de quem paga o serviço nacional de saúde todos os dias. Olhem para a bandalheira que isto está e se nada fizermos somos cúmplices de um sistema que está podre por dentro”, acusa Ventura. Nesta senda, Ventura realça: “Se um português não paga a luz, é executado até ao

“Se um português não paga a luz, é executado até ao tutano, mas se um angolano, moçambicano ou cabo-verdiano não paga a saúde, é lhes dada mais uma borla do nosso sistema”

tutano, mas se um angolano, moçambicano ou cabo-verdiano não paga a saúde, é lhes dada mais uma borla do nosso sistema.” A proposta de lei do CHEGA pretende alterar a Lei de Bases da Saúde de 2019 para limitar o acesso ao SNS a estrangeiros que não residam em Portugal, só lhes permitindo aceder aos cuidados de saúde públicos em casos de emergência ou mediante pagamento. “Os imigrantes estão a vir a Portugal para ter filhos à nossa conta. O CHEGA defende os portugueses, pois o SNS diz respeito aos contribuintes. Lá fora, existe a obrigatoriedade de seguro, por isso, quem vem a Portugal tem de pagar”, finalizou.





FAMÍLIAS EM DIFICULDADES AUMENTAM E MUITAS PEDEM CRÉDITO PARA PAGAR RENDA

POR LUSA

A subida do custo de vida ultrapassou o aumento dos rendimentos e a Deco tem observado um significativo acréscimo de famílias em dificuldades, com cada vez mais pessoas a recorrerem ao crédito para pagar a renda e até a prestação.

O alerta para esta realidade é dado pela coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira (GPF) da Deco, Natália Nunes, que referiu, em declarações à Lusa, que esta é uma situação que acaba a contribuir para um cenário de maior endividamento.

"Temos muitas famílias a recorrer a crédito para conseguir manter não só a prestação da casa, mas também a própria renda da casa", precisou Natália Nunes, notando que, apesar de esta solução se poder tornar um perigo para a gestão do orçamento familiar, é muitas vezes a única alternativa.

Segundo a coordenadora do GPF, são muitas as famílias que estão no mercado de arrendamento e com contratos a termo que, quando estes terminam, se veem confrontadas com a necessidade de procurar uma nova casa, com valores de renda elevados.

E, muitas vezes, "a forma que têm para conseguir pagar o mês da caução, o primeiro mês de renda, é recorrer a crédito", acentua, preci-

sando que perante a falta de resposta do mercado, as famílias acabam por se sujeitar a pagar valores que estão muito para lá daquilo que é o seu orçamento.

Ainda sem dados fechados sobre o ano de 2024, a coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira assinala que ao longo dos últimos quatro anos se tem registado "um aumento significativo do número de famílias em situação de dificuldade".

"É verdade que estamos com as taxas [de juro] a descer, mas a verdade é que as prestações [do empréstimo da casa] ainda estão significativamente elevadas face àquilo que tínhamos em 2021", diz Natália Nunes, acrescentando que as dificuldades vêm do facto de ao elevado custo da fatura da casa se somar a cada vez mais cara conta do supermercado ou dos serviços essenciais – despesas que "subiram de forma bastante significativa", lembra. A par deste agravamento das dificuldades causado pela subida do custo de vida acima do aumento dos rendimentos, Natália Nunes nota ainda outra diferença face à situação vivida nas crises de 2008 e 2012.

Agora, refere, "estamos a falar de outra realidade" porque olhando para as famílias que recorreram ao apoio da Deco ao longo deste ano, em 2024,

verifica-se "que mais de 75%" está a trabalhar, tem rendimentos do seu trabalho.

"Portanto, não é a questão do desemprego, não é a questão da diminuição dos rendimentos por esta via que está a levar as famílias a estar em dificuldades. É precisamente pelo lado da despesa, ou seja, as despesas estão a aumentar muito para além daquilo que é o aumento dos rendimentos", sublinha.

"Temos muitas famílias a recorrer a crédito para conseguir manter não só a prestação da casa, mas também a própria renda da casa"

"Hoje, eu diria que para as famílias que têm rendimentos mais baixos é uma aventura conseguirem sobreviver e fazer face a tudo aquilo que são as despesas essenciais para a sobrevivência da própria família", acentua a coordenadora do GPF.

A única vantagem face às anteriores crises, remata, é que houve alguma aprendizagem por parte das famílias para se prepararem, dos bancos e do próprio regulador que acabou por ganhar outras ferramentas.



EDITORIAL

por PATRÍCIA DE CARVALHO

DIRETORA ADJUNTA DO FOLHA NACIONAL

SE 2024 FOI BOM, 2025 VAI SER AINDA MELHOR

Ninguém acreditava. Todos os jornalistas e comentadores do sistema diziam que o CHEGA era um epifenómeno que, depois de ter alcançado os 12 deputados, não cresceria mais. Diziam que seríamos uma espécie de CDS-PP que só serviria para apoiar o PSD quanto este precisasse. E como eles estavam enganados. Este ano consolidámo-nos como a terceira força política em Portugal ao conquistarmos, nas eleições legislativas de 10 de março, a marca dos 50 deputados. 50 deputados nos 50 anos do 25 de Abril: finalmente o Parlamento português iria ter uma força política que, realmente, se importa com os portugueses.

Quem achava que seríamos mais um CDS-PP, a baixar a cabeça e a dizer ámen a tudo o que Luís Montenegro dissesse enganou-se rapidamente. O PSD disse que "não, é não", mas andou atrás do Presidente do CHEGA para conseguir um acordo que fizesse passar o Orçamento do Estado.

Enganaram-se novamente aqueles que acharam que nós, no CHEGA, nos vendemos por promessas de tachos.

Votámos orgulhosamente contra o Orçamento do Estado e fizemo-lo, não por despeito como muitos avençados do sistema andaram a repetir nas televisões, mas porque este Orçamento era uma continuidade da política socialista que vigorou em Portugal nos últimos oito anos.

Lutámos contra o socialismo e sempre vamos lutar, por isso, não nos peçam para aprovar um orçamento socialista mascarado de social-democrata.

Se este foi um bom ano para nós, o próximo será ainda melhor. Vamos mostrar a nossa força nas eleições autárquicas, solidificando a nossa presença autárquica para conseguirmos mudar a vida das pessoas localmente.

O nosso foco é e sempre será os portugueses. É por eles que existimos. É por eles que não desistimos apesar de todos os dias sermos alvo de ofensas e tentativas de agressão. Mas isso não nos melindra, só nos dá mais força, porque sabemos que se temos o sistema contra nós é porque estamos a fazê-lo tremer. E estamos mesmo! Meus caros, 2024 foi só o princípio: já ninguém pára este movimento político que nasceu de cidadãos comuns para cidadãos comuns.

O futuro está ao nosso alcance e juntos vamos fazer a diferença. Um ótimo 2025 para todos!

VENTURA QUER OPERAÇÕES POLICIAIS COMO A DO MARTIM MONIZ "MAIS VEZES"

FONTE: LUSA

O presidente do CHEGA, André Ventura, considerou que operações policiais como a que decorreu no Martim Moniz, em Lisboa, deveriam "realizar-se mais vezes" e defendeu que a polícia tem de "mostrar autoridade". "Não só concordamos com estas ações como achamos que elas deviam ir mais longe e realizar-se mais vezes para mostrar aos portugueses e aos estrangeiros que Portugal está seguro", afirmou. André Ventura defendeu que a polícia tem de "mostrar autoridade" e que "as pessoas devem sentir que há presença da autoridade,

de, que não há bolhas de impunidade, dá-lhes uma segurança maior", considerando que Portugal "tem sido tolerante demais" ao permitir que se desenvolvam "bolhas de insegurança, de instabilidade e de impunidade". "Nós temos que começar a dar o sinal de que, seja zona de criminalidade, seja zona de mais estrangeiros, seja zona de minorias, a polícia não tem medo e, portanto, quando é preciso lá ir, também vai, e não se diga que a polícia só vai porque estão ali estrangeiros", venceu. Ventura defendeu que a polícia "estava mais do que

legitimada para fazer esta ação" por estar a cumprir "vários mandados judiciais", considerando que "ao agir, e ao agir dentro da lei, muitas vezes no cumprimento de mandados judiciais, a polícia está a mostrar a autoridade". O líder do CHEGA assegurou que o partido não vai inviabilizar a audição da ministra da Administração Interna, já pedida por vários partidos, mas considerou que tal pedido "é caricato". Uma operação policial no dia 19 de dezembro, no Martim Moniz, resultou na detenção de duas pessoas e na apreensão de quase 4.000 euros em dinheiro,



"Nós temos que começar a dar o sinal de que, seja zona de criminalidade, seja zona de mais estrangeiros, seja zona de minorias, a polícia não tem medo e, portanto, quando é preciso lá ir, também vai, e não se diga que a polícia só vai porque estão ali estrangeiros"

bastões, documentos, uma arma branca, um telemóvel e uma centena de artigos contrafeitos. De acordo com a PSP, uma pessoa foi detida por posse de arma proibida e droga e outra por ser suspeita de pelo menos oito crimes de roubo. O aparato policial na zona, onde moram e trabalham muitos imigrantes, levou à circulação de imagens nas redes sociais em que se vislumbram, na Rua do Benfornoso, dezenas de pessoas encostadas à parede, de mãos no ar, para serem revistadas pela polícia, e comentários sobre a necessidade daquele procedimento.

HÁ MUDANÇAS NO ACESSO DE ESTRANGEIROS AO SNS GRAÇAS AO CHEGA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Os projetos de Lei do CHEGA e do PSD e CDS-PP sobre as condições de acesso de cidadãos estrangeiros não residentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) foram aprovados com os votos a favor dos partidos proponentes. Após o debate agendado pelo CHEGA sobre o chamado "turismo de saúde", as duas iniciativas tiveram a mesma votação na generalidade, sendo aprovadas com os votos a favor do PSD, CDS-PP e CHEGA e contra do PS, Iniciativa Liberal, BE, PCP e Livre. A proposta de lei do CHEGA pretende alterar a Lei de Bases da Saúde de 2019 para limitar o acesso ao SNS a estrangeiros que não residam em Portugal, só lhes permitindo aceder aos cuidados de saúde públicos em casos de emergência ou mediante pagamento. Também o projeto de lei apresentado por PSD e CDS-PP visa alterar a Lei de Bases da Saúde para travar a "utilização abusiva" do SNS. Um outro projeto de lei do CHEGA, para alterar o regime de isenção das taxas moderadoras, foi também aprovado com a mesma votação.

A proposta de lei do CHEGA pretende alterar a Lei de Bases da Saúde de 2019 para limitar o acesso ao SNS a estrangeiros que não residam em Portugal, só lhes permitindo aceder aos cuidados de saúde públicos em casos de emergência ou mediante pagamento

Foram também aprovados dois projetos de resolução – sem força de lei –, um do PS, a recomendar ao Governo a monitorização do acesso de estrangeiros ao SNS, e outro da IL, que recomenda que sejam cobrados aos cidadãos estrangeiros os seus custos no SNS antes da prestação dos cuidados de saúde não-urgentes ou que, em alternativa, possam usar um seguro de saúde ou acordo internacional. Várias outras iniciativas legislativas do CHEGA baixaram à comissão para serem votadas pelos deputados.

CHEGA APROVA PENAS MAIORES PARA AGRESSÕES A POLÍCIAS



FONTE: LUSA/FN TÍTULO: FN

A proposta de lei foi aprovada com os votos a favor de PSD, CHEGA e CDS-PP e contra de todos os restantes partidos presentes: PS, IL, BE, PCP e Livre. Margarida Blasco afirmou que "se pretende concretizar uma maior adequação da reação penal, reforçando o sentimento de segurança e a confiança do cidadão nas forças de segurança". António Rodrigues, do PSD, afirmou que em causa está passar a mensagem aos defensores públicos que se

O CHEGA acusou o Governo de vir "a reboque" das suas propostas. A proposta contempla o agravamento da moldura penal, passando de um a cinco anos para um a oito anos, a isenção de custas e transforma parte desses crimes em crimes públicos, dispensando nomeadamente a queixa da vítima.

quer proteger a sua dignidade. Para o social-democrata, é preciso "dignificar forças e serviços de segurança" e explicar a todos que "não se pode impunemente atacar este tipo de servidores". Pelo PS, Isabel Moreira fez críticas ao diploma do Governo, considerando ser "inspirado num do CHEGA" e "uma cedência ao populismo denunciado pelo PSD em 2019 e 2020". Recuando a 2019 a um agendamento do CDS-PP, a socialista recordou que então o PSD dizia "não é com o melhora do agravamento de penas que se resolvem os problemas das forças de segurança". O CDS-PP agradeceu a referência de Isabel Moreira e disse que é "um serviço da maior justiça" proteger a dignidade de alguém que "exerce funções em nome" de todos os portugueses, argumentando que não pode "ser tudo uma questão de dinheiro". Já o CHEGA acusou o Governo de vir "a reboque" das suas propostas. "Esta é uma realidade difícil mas que tem de ser resolvida e o PSD só percebeu isso agora", adicionou Marta Silva, no programa Parlamento da RTP3. A proposta contempla o agravamento da moldura penal, passando de um a cinco anos para um a oito anos, a isenção de custas e transforma parte desses crimes em crimes públicos, dispensando nomeadamente a queixa da vítima.

SINDICATO CULPABILIZA GOVERNO PELA FALTA DE PEDIATRAS NO ALGARVE



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS-FNAM) exigiu, na segunda-feira passada, a intervenção urgente de Ana Paula Martins, ministra da Saúde, devido à falta de médicos pediatras nos hospitais de Faro e Portimão, alertando para o agravamento da situação.

Em comunicado, o SMZS-FNAM diz que o Ministério da Saúde é responsável por não travar a falta de médicos pediatras na Unidade Local de Saúde (ULS) do Algarve, levando à limitação do funcionamento das urgências pediátricas e dos blocos de partos. "A saúde das crianças da região está em perigo e há dias sem qualquer pediatra no serviço de urgência, situação que irá agravar-se neste fim de ano", alerta o SMZS-FNAM. Por isso, o Sindicato exigiu a intervenção urgente da ministra da Saúde, Ana Paula Martins, dada a falta de médicos pediatras nos hospitais de Faro e de Portimão e uma reunião com o Conselho de Administração da ULS do Algarve, para a qual não obteve qualquer resposta. "A limitação do número de

pediatras disponíveis tem obrigado à concentração de funções da urgência noturna num único médico pediatra escalado no serviço de medicina intensiva pediátrica e neonatal - um serviço fundamental para casos mais graves -, ficando responsável por cinco postos de cuidados intensivos neonatais, 12 de cuidados intermédios e

“Estas falhas sem precedentes comprometem seriamente a segurança e a qualidade dos cuidados prestados às crianças do Algarve, sendo a responsabilidade de tal situação do Ministério da Saúde e da sua inação para resolver a falta de médicos no SNS”

ainda três postos de cuidados intensivos pediátricos”, alerta o Sindicato. Segundo a nota, este médico é cumulativamente responsável pelo atendimento contínuo ao bloco de partos, apoio aos recém-nascidos internados no puerpério

e orientação do transporte inter-hospitalar pediátrico. “Em situações limite, este único médico poderá ter de escolher entre socorrer um recém-nascido que necessite de reanimação, receber um doente crítico na sala de emergência ou atender uma situação de doença complexa na enfermaria”, é referido na nota.

“Estas falhas sem precedentes comprometem seriamente a segurança e a qualidade dos cuidados prestados às crianças do Algarve, sendo a responsabilidade de tal situação do Ministério da Saúde e da sua inação para resolver a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde (SNS)”, destaca o Sindicato, alertando também para a exaustão e para o desgaste dos poucos pediatras que ainda restam. Por isso, o SMZS-FNAM diz ser fundamental que o Ministério da Saúde e o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Algarve “assumam responsabilidades de forma a garantir o direito à saúde das crianças da região” e “evitar a debandada dos médicos pediatras que restam devido à situação limite em que foram colocados”.

EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR PREOCUPADA COM QUALIDADE DOS CUIDADOS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Sociedade Portuguesa de Emergência Pré-Hospitalar (SPEPH) afirmou estar muito preocupada com a formação dos técnicos de emergência pré-hospitalar, apontando que está em causa a qualidade dos cuidados prestados à comunidade. “A Sociedade Portuguesa de Emergência Pré-Hospitalar declara, desde já, elevada inquietação uma vez que não estão a ser garantidos os princípios básicos, que deveriam ser um padrão convenientemente norteado pela ciência”, começa por dizer a SPEPH, em comunicado. A preocupação da organização surge depois de a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) ter concluído que há técnicos de emergência pré-hospitalar no Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) que ingressam na carreira sem ter os requisitos necessários. As conclusões são parte de um projeto de relatório à auditoria pedida pela ministra da Saúde para avaliar a legalidade e a eficiência da gestão do INEM, no qual a IGAS diz que o instituto não conseguiu assegurar a realização dos cursos de formação para os Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (TEPH) nos termos em que foram aprovados.

REGISTOS EM GREVE NAS SEMANAS FESTIVAS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Os trabalhadores dos registos iniciaram na passada segunda-feira uma greve de duas semanas, convocada pelo Sindicato Nacional dos Registos (SNR), em protesto pela falta de diálogo com a tutela, contra as assimetrias salariais e pela contratação de mais trabalhadores. A greve decorre entre as 00h00 da passada segunda-feira e as 24h00 de 3 de janeiro, levando à paralisação dos trabalhadores que exerçam funções em todos os serviços centrais e serviços externos, como as Lojas do Cidadão, do Instituto de Registos e Notariado (IRN) e nos serviços centrais e externos das Direções Regionais de Administração da Justiça das regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Em causa, alega o sindicato, está a “falta de diálogo” com a tutela e o não cumprimento de compromissos assumidos. O SNR contesta também as assimetrias salariais entre estes trabalhadores, já alvo de recomendações por parte da Provedora de Justiça, e pede a “reestruturação do sistema remuneratório dos conservadores e oficiais de registo, com equidade e justiça e término das assimetrias e desigualdades salariais”.

CONDENADO POR ABUSO SEXUAL A MENORES FICA PRESO POR SEIS ANOS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) reduziu de sete anos e meio para seis anos de prisão a pena aplicada a um homem residente em Arouca (distrito de Aveiro) por aliciar menores a enviar-lhe fotos e vídeos em tronco nu. O acórdão, datado de 20 de novembro, julgou parcialmente procedente o recurso interposto pelo arguido. O homem, de 36 anos, tinha sido condenado no Tribunal de Santa Maria da Feira a sete anos e meio de prisão, por três crimes de abuso sexual de crianças e 31 de pornografia de menores, e a pagar uma indemnização de 8.500 euros a dois dos ofendidos. Inconformado com a decisão, o arguido recorreu para o STJ que decidiu reduzir a pena única que lhe foi imposta, considerando que a pena de seis anos de prisão “parece mais ajustada, proporcional e adequada”. O acórdão refere que o arguido confessou os factos e pediu desculpa, aspetos que, na opinião dos juízes, “inculcam a ideia de ter exercitado algum sentido crítico, capacidade de autocensura e de ter efetivamente dimensionado e entendido a gravidade do seu estar/posicionar nesta vertente da sexualidade”.

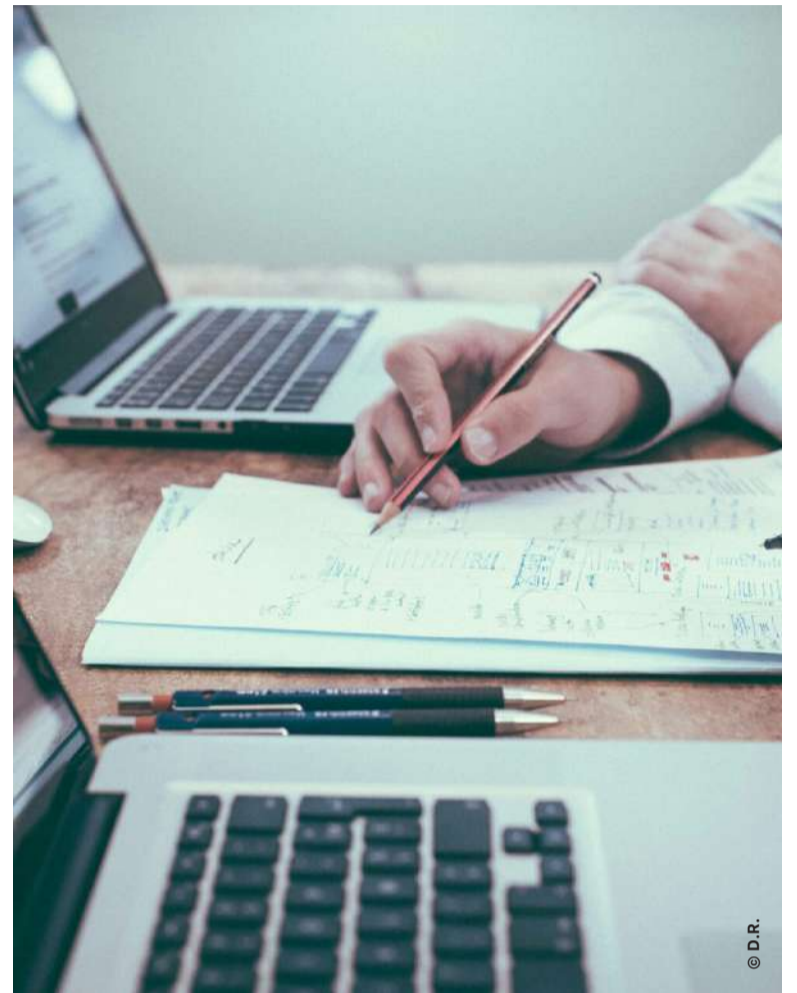
EMPRESAS "PREPARAM-SE" PARA O NOVO REGIME DE CIBERSEGURANÇA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O advogado de tecnologia, media e comunicações (TMC) da CMS Portugal, Ricardo Pintão, considerou, em entrevista à Lusa, que as empresas portuguesas estão a preparar-se para o novo regime de cibersegurança e que a maior dificuldade será a sua "implementação prática". O novo regime jurídico de cibersegurança, que transpõe a diretiva NIS2 [Network and Information Security], alarga o conjunto de entidades abrangidas, priorizando, por um lado, a generalização da prevenção dos riscos de cibersegurança, mas graduando a exigência regulatória em função da dimensão da

entidade e da importância da sua atividade, bem como privilegiando a proporcionalidade das medidas aplicáveis. "Acho que as empresas portuguesas estão a fazer um esforço considerável, acho que estão a preparar-se. Se estão preparadas? Acho que estão a fazer por isso, à semelhança de outras das empresas da União Europeia e diria do mundo", afirma o advogado. Questionado sobre se o novo regime, que está em consulta pública até final do mês, é claro, o jurista admite que "há sempre questões ligadas à ambiguidade legal e que podem ser melhoradas". Ricardo Pintão defende a existência de "regras cla-

ras, obrigações reforçadas, obrigações de escrutínio e de auditoria sobre estes prestadores de serviços, sobre a qualidade de produtos, sobre avaliações de riscos e decisões sobre aplicações de restrições". Neste âmbito, "não diria que não há ambiguidade, não há é absoluta certeza sobre quais vão ser as restrições", salienta Ricardo Pintão. "Vivemos hoje num mundo com alguma complexidade, onde começam a proliferar algumas tendências protecionistas, onde o ciberespaço começa a evidenciar tendências de uma agressividade ostensiva", afirma.



© D.R.

DESEMPREGO VOLTA A SUBIR. SÃO MAIS DE 322 MIL OS DESEMPREGADOS



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego subiu 3,3% em novembro face a igual mês de 2023 e 3,2% face a outubro, para 322.548 pessoas, segundo os dados divulgados pelo IEFP. "No fim do mês de novembro de 2024, estavam registados, nos Serviços de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 322.548 indivíduos desempregados, número que representa 69,2% de um total de 466.271 pedidos de emprego", lê-se na

nota divulgada pelo IEFP. São mais 10.238 pessoas inscritas nos centros de emprego face a novembro de 2023. Trata-se de uma aceleração face ao registado em outubro, período em que o desemprego registado teve uma subida homóloga de 3%. Para este aumento, "contribuíram os inscritos há menos de 12 meses (+7.390), os que procuram um novo emprego (+8.340) e os adultos (+8.581)", explica o instituto. Já na comparação em cadeia, são mais 10.038 pessoas.

No que toca aos grupos profissionais com maior expressão, face ao período homólogo, foram os "operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem" (+6,6%) e "especialistas das atividades intelectuais e científicas" (+4,4%). Por outro lado, houve uma redução nos grupos profissionais do "pessoal administrativo" (-3,0%) e "agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta" (-12,9%).

São mais 10.238 pessoas inscritas nos centros de emprego face a novembro de 2023. Trata-se de uma aceleração face ao registado em outubro, período em que o desemprego registado teve uma subida homóloga de 3%.

A nível regional, o desemprego registado aumentou em todas as regiões em novembro, face ao período homólogo, com exceção dos Açores, da Madeira e do Algarve, onde recuou 4,3%, 10,1% e 3%, pela mesma ordem. O valor mais acentuado de aumento do desemprego continuou a ser registado na região de Lisboa e Vale do Tejo (+6,5%).

CASAS FICARAM 10% MAIS CARAS NO TERCEIRO TRIMESTRE

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O crescimento homólogo do Índice de Preços da Habitação (IPHab) acelerou para 9,8% no terceiro trimestre, mais 2,0 pontos percentuais do que no trimestre anterior, anunciou, na segunda-feira, o Instituto Nacional de Estatística (INE). Num comunicado divulgado, o INE refere que, no terceiro trimestre, o crescimento dos preços das habitações existentes foi superior ao observado nas habitações novas, que se fixaram em 10,5% e 8,1%, respetivamente. Face ao trimestre anterior, o IPHab aumentou 3,7%, contra 3,9% no segundo trimestre de 2024. A taxa de variação do índice relativo aos alojamentos existentes (3,8%) também superou a dos alojamentos novos (3,3%). Entre julho e setembro de 2024, realizaram-se 40.909 transações de alojamentos, o que representa um aumento de 19,4% face ao mesmo trimestre de 2023. Nos meses referidos, o valor das transações aproximou-se dos 9.100 milhões de euros, mais 28% do que no mesmo trimestre de 2023.

O Instituto Nacional de Estatística refere que, no terceiro trimestre, o crescimento dos preços das habitações existentes foi superior ao observado nas habitações novas, que se fixaram em 10,5% e 8,1%, respetivamente.

O Instituto de Estatística afirma ainda que no terceiro trimestre se venderam 35.462 habitações (86,7% do total) a compradores pertencentes ao setor institucional das famílias, pelo valor de 7.700 milhões de euros (85,4% do total). No mesmo trimestre, os compradores com um domicílio fiscal fora do território nacional adquiriram 2.655 habitações, o que representa uma redução de 3,1% face ao mesmo período de 2023.

JOE BIDEN COMUTA PENA DE MORTE DE 37 CONDENADOS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Presidente norte-americano, Joe Biden, comutou as penas de 37 das 40 pessoas condenadas à morte, a menos de um mês do regresso de Donald Trump, que reiniciou, no seu mandato, as execuções a nível federal. “Estou a comutar as penas de 37 dos 40 indivíduos que estão no corredor [federal] da morte para prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional”, anunciou o Presidente norte-americano, em comunicado. Segundo Biden, não se pode permitir que as execuções realizadas pela justiça federal sejam retomadas por Trump, um defensor declarado da expansão da pena capital. A medida poupa a vida de pessoas condenadas por assassinatos, incluindo assassinatos de polícias e militares, pessoas envolvidas em assaltos a bancos ou tráfico de droga que resultaram em mortes, bem como homicidas de guardas ou prisioneiros em instalações federais. “Estas comutações de penas são consistentes com a moratória que a minha administração impôs às execuções federais, em casos que não sejam de terrorismo ou assassinatos em massa motivados pelo ódio”, explicou. A administração Biden anunciou, em 2021, uma moratória sobre a pena capital federal para estudar os protocolos utilizados, que suspendeu as execuções durante o seu mandato. No entanto, o ainda Presidente norte-americano tinha prometido ir mais longe e acabar com as execuções federais, incluindo as ligadas ao terrorismo e a assassinatos em massa motivados pelo ódio. O Presidente eleito, Donald Trump, que toma posse a 20 de janeiro, tem prometido executar traficantes de droga e de seres humanos.



© FACEBOOK | JOE BIDEN



OPINIÃO

por NUNO GABRIEL | DEPUTADO

ENCOSTADOS À PAREDE

Há uns dias uma ação policial no Martim Moniz fez (e ainda faz) correr muita tinta simplesmente porque a polícia fez exemplarmente o que devia fazer naquelas circunstâncias e por circular uma fotografia em que homens estão de frente para a parede e com as mãos ao alto. Diz a esquerda que foi um abuso e um desrespeito pelos direitos humanos, essa mesma esquerda que ofende tudo e todos nas manifestações que organiza, que promove o ódio e divisões sociais, que faz louvores a terroristas “do bem”, que gosta da democracia, apenas se forem eles a governar, e esse ódio vê-se no olhar, nas palavras, no modo, em todas as expressões possíveis do ódio em democracia. Não há um português naquela fotografia, dizia uma “comentadora”. Mas como poderia haver um português na fotografia se não há portugueses nas redondezas? Parece para rir, mas não é. Na verdade, a maioria dos políticos que nos governaram nas últimas décadas deveria estar naquele lugar, de mãos ao alto, com os portugueses atrás, a pedir-lhes explicações pelo que fizeram ao nosso país, pela criminalidade que trouxeram, pela descaracterização que nos impuseram, pelo fim da portugalidade que tanto amamos e desejamos ver restituída, pelo empobrecimento a que nos condenaram, enquanto, como traidores da Pátria, promovem a invasão do país por culturas diferentes e distantes que assim deveriam permanecer. A esquerda não gosta da democracia e tem dificuldade em lidar com ela, não gosta de Portugal, nem dos portugueses, não gosta de ordem pública e, muito menos, se importa com os direitos humanos. A esquerda é falsa, é traiçoeira e gosta de bolsos cheios e de poder para distribuir pelos seus à conta dos mesmos de sempre. Mas essa gente, sim essa gente, não contava que aparecesse na senda política uma pessoa chamada André Ventura e que o seu partido irrompesse pela Assembleia da República adentro, para dizer aos portugueses o que eles sempre pensaram, mas que não ouviam de nenhum outro político daquela casa. André Ventura foi o fim da extrema-esquerda e será o fim da esquerda socialista. Talvez por isso o odeiem tanto, em contrassenso com cada vez mais portugueses que gostam dele. Basta sair à rua e sentir a realidade. O ciclo da transformação começou e não vai parar. É apenas uma questão de tempo até que muitos estejam de mãos ao alto.

PRESIDENTE RUSSO PROMETE MAIS... DESTRUIÇÃO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Presidente russo prometeu mais destruição na Ucrânia, depois do ataque com drones de dia 20, que Moscovo atribuiu a Kiev. “Aqueles que tentarem destruir alguma coisa no nosso país, seja qual for a amplitude, irão enfrentar destruições ainda mais significativas no seu próprio país e vão lamentar o que tentaram fazer ao nosso país”, avisou Vladimir Putin. Vladimir Putin afirmou que as tropas russas recuperam diariamente vários quilómetros quadrados de território e estimou que “em breve não haverá ninguém que queira lutar” contra a Rússia na Ucrânia. No entanto, o líder russo admitiu não conseguir prever quando terminará a campanha militar, nem quando conseguirá expulsar as tropas ucranianas da região fronteiriça de Kursk. Putin também manifestou vontade de se reunir com o futuro Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mas já avisou que só se sentará à mesma mesa que o líder ucraniano, Volodymyr Zelensky, se este convocar eleições e as ganhar, já que Moscovo o considera um “presidente ilegítimo”.

LUKASHENKO CONCORRE AO SÉTIMO MANDATO PRESIDENCIAL



FONTE: LUSA

A Comissão Eleitoral Central (CEC) da Bielorrússia registou o Presidente Alexander Lukashenko como candidato presidencial para as eleições de 26 de janeiro próximo, apresentando-se, assim, a um sétimo mandato, segundo a agência noticiosa bielorrussa BELTA. Além de Lukashenko, cuja vitória nas eleições presidenciais de 2020 não foi reconhecida nem pela oposição nem pelo Ocidente e desencadeou os maiores protestos da história recente do país e uma repressão policial sem precedentes, a CEC registou quatro outros candidatos. Segundo a CEC, a candidatura de Lukashenko foi apoiada por mais de 2,5 milhões de eleitores. A Bielorrússia, dirigida por Lukashenko desde 1994, realizará as suas próximas eleições presidenciais em 26 de janeiro de 2025.

DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DESLEAIS JÁ É LEI EM MACAU

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Assembleia Legislativa (AL) de Macau aprovou por unanimidade a alteração ao estatuto dos funcionários públicos, que pune com a demissão de trabalhadores considerados desleais ao território e à China. Ao funcionário público que, “por factos comprovados”, não defenda a Lei Básica – uma espécie de miniconstituição de Macau – “ou não seja fiel à RAEM [Região Administrativa Especial de Macau] da RPC [República Popular da China], é obrigatoriamente aplicada a pena de demissão”, lê-se na proposta de lei, aprovada na generalidade e que vai ser agora debatida em sede de comissão. A lei prevê a demissão em várias circunstâncias, nomeadamente quando o trabalhador “não defender a ordem constitucional estabelecida na Constituição da RPC e na Lei Básica” ou “a unidade e integridade territorial do Estado”. Aqueles que já se encontram no ativo também devem prestar juramento após a entrada em vigor desta lei. O Governo, notou Cheong, propõe ainda que estas “disposições sejam aplicadas aos magistrados”.

OBRIGADO A TODOS! EM JANEIRO HÁ MAIS

O seu jornal Folha Nacional fica por aqui este ano. Agradecemos aos nossos leais leitores por terem feito deste ano mais um sucesso. Contámos com 87 edições e voltaremos em força no dia **10 de janeiro de 2025** com novidades para si. Até lá, acompanhe toda a atualidade no site, em www.folhanacional.pt. Boas Festas!

"OPERAÇÃO DA PSP OBEDECEU ÀS MELHORES PRÁTICAS", GARANTE OBSERVATÓRIO

O Observatório de Segurança Interna (OSI) considera que a operação policial, no dia 19 de dezembro, no Martim Moniz, obedeceu às boas práticas de ações deste tipo. Para o OSI, "o cidadão comum não tem a obrigação de conhecer os procedimentos operacionais das forças de segurança", mas "este desconhecimento, por vezes, gera críticas baseadas em interpretações subjetivas dos factos ou, em alguns casos, influenciadas por motivações políticas ou ideológicas".

TRÁFICO DE DROGA: PRESIDENTE DO MÉXICO PROMETE ACORDO COM DONALD TRUMP

A presidente do México Claudia Sheinbaum prometeu que chegará a acordo com o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, perante a intenção do Republicano de designar os cartéis mexicanos do narcotráfico como terroristas.

"Acredito que haverá um acordo sobre todas as questões com os Estados Unidos, um acordo no domínio da migração, no domínio da colaboração e cooperação em questões de segurança e também acordos no acordo comercial", frisou.

PORTAL DAS FINANÇAS COM NOVAS REGRAS DEPOIS DE FALHAS DE SEGURANÇA

Após a divulgação de milhares de credenciais de utilizadores do Portal das Finanças, foram anunciadas novas regras aplicáveis a registos, recuperações de palavras-passe ou alterações das credenciais existentes. As novas palavras-passe requerem uma alteração obrigatória após o primeiro acesso, devendo agora conter, no mínimo, oito caracteres, incluindo algarismos, letras maiúsculas, letras minúsculas e caracteres especiais.

PORTUGAL REAL

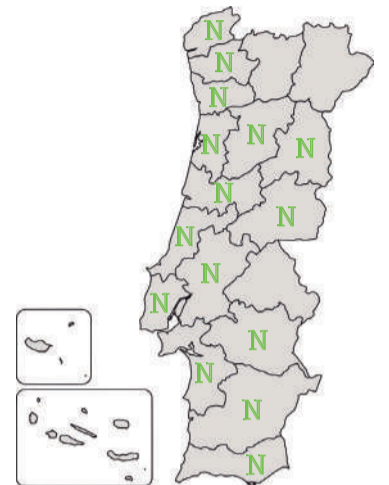
CHEGA EM MIRA PROPÕE A CRIAÇÃO DE BRIGADAS DE PROTEÇÃO CIVIL



O CHEGA Mira propôs a criação de um grupo de trabalho com elementos da Assembleia Municipal, da Proteção Civil Municipal e das Assembleias de Freguesia, para a implementação de Brigadas Locais de Reação Rápida em caso de calamidade. Nos incêndios de 2017, a capacidade da Proteção Civil e dos Bombeiros esgotou-se rapidamente e a população ficou entregue a si própria e sem qualquer formação para estas situações. As probabilidades

de acontecer uma catástrofe igual ou pior são elevadas, daí a proposta do CHEGA, com o objetivo de envolver a população civil nas tarefas de apoio aos agentes da Proteção Civil em caso de catástrofe natural ou incêndios. No âmbito do Orçamento para 2025, o CHEGA Mira propôs também o desenvolvimento de um programa de ecopontos domésticos em regime de comodato e a difusão de pontos de compostagem doméstica, reaproveitados pela autarquia.

O Folha Nacional em Portugal



Cultura

TEATRO SÁ DE MIRANDA COM MAIS DE 50 PROPOSTAS EM VIANA DO CASTELO

O Teatro Municipal Sá de Miranda (TMSM), em Viana do Castelo, vai apresentar 50 diferentes propostas artísticas, entre teatro, música, dança e cinema, em 2025, incluindo oito novas criações do Teatro do Noroeste. A programação integral está disponível no 'site' do teatro.

ATRIZ PORTUGUESA EM HOLLYWOOD GERE MUSEU EM ESPANHA

A atriz portuguesa Kika Magalhães, que trabalha em Hollywood, tem grandes planos para o Museo del Automóvil y la Moda, um espaço com carros antigos e peças de moda vintage que foi instalado em Málaga após tentativas falhadas em Portugal.

ROTerdão TERÁ MAIS DE UMA DEZENA DE COPRODUÇÕES E FILMES PORTUGUESES

Mais de uma dezena de filmes portugueses e coproduções nacionais, em competição e fora dela, vão ser mostrados a partir de 30 de janeiro no Festival Internacional de Cinema de Roterdão, nos Países Baixos, revelou a organização. A 54.ª edição do Festival de Roterdão decorrerá de 30 de janeiro a 9 de fevereiro.

Insólito da Semana

ALGUÉM PEDIU UM EXPRESSO?

E se de repente um autocarro ganhasse vida própria e andasse sem motorista? Parece uma história à medida da TESLA, mas neste caso a condução autónoma foi mesmo accidental. Tudo aconteceu na semana passada, na Gare do Oriente, em Lisboa, quando um autocarro da Rede Expresso começou a andar lentamente, de forma errática, sobrepondo vários passeios e causando pânico. O autocarro acabou por embarcar num táxi e posteriormente numa loja. Este podia ser o caso do 'Bus-Kitt' à Knight Rider.

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!



euvi!



O canal seguro e confidencial para o cidadão.
Envia-nos a tua denúncia através do e-mail
euvi@folhanacional.pt

Capture o código QR e acompanhe Online ▶



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 25 400 UNIDADES